



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

As orientações e os objetivos principais da política europeia e da política externa de Portugal

Intervenção do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva

Seminário Diplomático de 2016

Lisboa, 5 de janeiro de 2016

1. Princípios, orientações, objetivos

A política europeia e a política externa beneficiam, em Portugal, de condições muito positivas. Em primeiro lugar, são políticas de Estado, envolvendo a colaboração frutuosa entre os diferentes órgãos de soberania, atentas as competências próprias do Presidente da República, da Assembleia da República e do Governo e integrando na sua concretização os diferentes níveis da administração pública. Em segundo lugar, são políticas de continuidade, informadas pela geografia e a história nacional e pelos interesses estratégicos a elas associados, e desenvolvidas harmoniosamente, nos seus traços fundamentais, ao longo de todo o período democrático. Em terceiro lugar, são políticas com uma larga margem de consenso, quer quanto à sua base político-parlamentar, quer quanto ao apoio social de que usufruem.

Estas condições conferem às grandes opções de tais políticas um caráter verdadeiramente nacional. De facto, a integração europeia, a ligação transatlântica, a cooperação com os países de língua portuguesa e o elo com as comunidades portuguesas no estrangeiro desenham o quadrilátero que envolve a sua orientação fundamental. Ela é, naturalmente, vivida de forma diferenciada de acordo com as visões do mundo, os interesses e os propósitos dos atores relevantes. Mas assinala o espaço comum em que o país se revê e onde fazem pleno sentido os debates políticos e as convergências e divergências que são a condição *sine qua non* de uma democracia.

A missão de cada Governo há de ser procurar capitalizar e exprimir esta opção matricial, adequando-a a cada circunstância e concretizando-a em iniciativas consistentes e produtivas. Ora, para fazê-lo, o melhor caminho talvez seja enunciar as orientações fundamentais que estruturam o nosso entendimento dessas iniciativas e os objetivos principais que queremos atingir com elas.

Eis o que me proponho fazer, dando conta dos propósitos do Governo e convidando, em seu nome, o corpo diplomático português, cuja excelência e dedicação profissional não é demais enaltecer, a participar ativamente na reflexão sobre tais opções e objetivos e a vê-los como os termos de referência da sua ação.



2. As orientações fundamentais

São cinco as orientações fundamentais que subjazem à política europeia e externa do XXI Governo Constitucional. Cinco palavras simples podem denotá-las: integração, valorização, afirmação, comunicação, parceria.

A primeira opção é *integrar* todos os domínios de política numa única estratégia de ação, sistémica e coerente. Da língua e da cultura ao investimento e ao comércio externo, das relações políticas bilaterais e multilaterais à promoção da paz e da segurança, da cooperação ao desenvolvimento sustentável, da energia aos oceanos, da educação à intervenção humanitária, tudo o que se jogar na frente europeia e na frente externa é colocado sob a responsabilidade institucional do Ministério dos Negócios Estrangeiros. A previsão de quatro secretarias de Estado, dedicadas respetivamente aos assuntos europeus, aos negócios estrangeiros e à cooperação, às comunidades portuguesas e à internacionalização, quer justamente demonstrá-lo.

A função integradora doravante institucionalizada no Ministério dos Negócios Estrangeiros traz consigo a indispensável contraparte, que é a colaboração estreita com todos os outros departamentos e setores do Governo e da Administração, porque o Ministério representa o seu interface com o ambiente europeu e externo. Investido de novas responsabilidades, o Ministério fica por isso mesmo reforçado na sua obrigação de serviço face aos restantes.

O que se passa ao nível político e orgânico passar-se-á também ao nível do trabalho e da ação diplomática. Cada chefe de missão é reafirmado no seu papel de integração das múltiplas áreas e formas de intervenção em representação e favor dos interesses nacionais. Houve um tempo em que, para salientar aspetos novos ou esquecidos de tal intervenção, se teve, e bem, de qualificar a diplomacia, destacando, por exemplo, a diplomacia económica. O efeito então pretendido está agora adquirido. É altura, portanto, de dizer que a diplomacia é um substantivo que se vale por si mesmo, sem precisão de adjetivos. Por ser diplomacia é que a diplomacia pode ser cultural, económica ou política, ponderar as razões e os afetos, valer-se da língua, da cooperação ou do comércio. Em cada capital em que está acreditado/a, ou nos múltiplos nós da rede consular, o/a diplomata tem a seu cargo a responsabilidade de integração que aqui preconizo. Só ele/a pode fazê-lo.

A segunda orientação fundamental é a *valorização*. Trata-se, por um lado, da valorização dos nossos recursos próprios. Neles incluo, e em lugar de destaque, o posicionamento geoistórico; a tradição político-diplomática; a língua portuguesa; o mar e os oceanos; e essa constante histórica da emigração agora também expandida e atualizada por novos fluxos e propósitos de mobilidade internacional. Trata-se, por outro lado, de valorizar a singularidade portuguesa, entendida não como uma espécie de essência ou destino transcendental, mas sim como a combinação única de diferentes experiências e atributos dispostos e revelados na longa duração. Neste sentido, todas as nações e países são singulares e uma visão multilateralista do mundo quer precisamente colocar em conjunto e interação essas mesmas singularidades. Como os outros, Portugal tem a sua, e dela deve tirar partido, assentando aí o contributo específico para a ordem internacional.

E como é simples distinguir tal contributo! Portugal situa-se e age no concerto da Europa. Essa é a sua condição primeira. Estado europeu, está no centro da interrelação do Atlântico Norte (a Europa e a América do Norte, com destaque para os Estados Unidos) com o Mediterrâneo (a Europa, o Norte de África e o Médio Oriente) e o Atlântico Sul (a África e a América do Sul). Aqui se define a sua capacidade própria e distintiva de mediação. As comunidades portuguesas e de origem portuguesa espalhadas por todos os continentes transportam um património e representam uma presença que universaliza a condição da nação portuguesa, como verdadeira nação global. Aí reside uma força, um potencial que ainda não soubemos rentabilizar tanto quanto poderíamos. E, finalmente, Portugal inscreve-se positivamente no mundo em razão da sua vontade, da sua escolha matricial pelo multilateralismo e pela sua vinculação igualmente fundadora aos valores universalistas dos direitos humanos, da paz e da solidariedade coletiva.

A terceira grande orientação deve ser a *afirmação*. Há demasiadas vezes a tentação de nos descrevermos como uma pequena nação que teria de conformar-se com a sua sorte marginal ou periférica. Esta forma de nos condenarmos antecipadamente à irrelevância não é apenas masoquismo, mas sobretudo ignorância. Portugal é, no quadro da União Europeia, um país de média dimensão. Pertence ao grupo dos países mais bem classificados no índice de desenvolvimento humano nas Nações Unidas. E a sua influência internacional tem excedido o que um cálculo demasiado elementar de «proporcionalidade» relativa à sua dimensão indicaria como suposto máximo possível.

Não somos, evidentemente, uma potência, no sentido tradicional da palavra: nem territorial, nem demográfica, nem económica, nem político-militar. Mas, justamente, a ordem do mundo há muito que não se regula pela lógica vestefaliana dos equilíbrios entre grandes soberanos e seus satélites. Tempos como os nossos, tão dinâmicos e tão incertos, requerem a capacidade de ler depressa as múltiplas e tensas evoluções em curso e de comunicar com os vários protagonistas e interesses em ação. E esse papel de mediador, facilitando contactos e diálogo, nós, Portugueses, que não temos por nós os dons de Ares ou de Cresos, mas sim os de Hermes, podemos fazê-lo como poucos. Porque, ao mesmo tempo que pertencemos de corpo inteiro à Europa e ao Atlântico Norte, cultivamos pontes, ancoradas na história e renovadas e aprofundadas no presente, com África, o Brasil, a Ásia Oriental, e falamos fluentemente a preciosa língua do multilateralismo político e do encontro entre as civilizações.

Assim, Portugal afirma-se, primeiro do que tudo, como Estado-membro da União Europeia – e, nela, da União Económica e Monetária e do Espaço Schengen – na linha da frente da integração europeia e ator que se quer relevante do processo de decisão europeu. Afirma-se também como membro do sistema das Nações Unidas e de várias e convergentes organizações internacionais de defesa e segurança coletiva, de cooperação e desenvolvimento, e de promoção dos direitos humanos, da qualidade das instituições e da dignidade do trabalho – organizações que vão desde a NATO à Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, do Conselho da Europa à OCDE, da Organização Mundial do Comércio à Organização Internacional do Trabalho. Portugal afirma-se, enfim, através da sua participação em vários espaços regionais e da sua interação com vários espaços regionais, de que se deve destacar a África, o Mediterrâneo, a Ibero-América e a América Latina, ou a Ásia-Pacífico.



A nossa quarta opção fundamental há de ser a *comunicação*. A diplomacia, e não somente na forma codificada habitualmente como diplomacia pública, antes como traço transversal a todas as áreas de intervenção, inclui um elemento crucial de comunicação. Queiramos ou não, contamos sempre uma história acerca de nós próprios. E devemos querê-lo, que saber contar essa história é um recurso diplomático de primeira grandeza.

História não significa ficção. Sabemos bem o que nos custou, durante os 48 anos seguidos que vivemos em ditadura, no século passado, o fingimento oficial sobre uma magnificência que nunca fora nossa e um destino que nunca decidíamos. Para não falar de outros fingimentos anteriores a esse, ou a restos ou sucedâneos desse que ainda hoje perduram. A história de que precisamos é a que respeita, tanto quanto podemos dizê-lo, a verdade dos factos e a que indaga a raiz das coisas. É todavia, inerentemente, uma interpretação: uma interpretação nossa do que fomos e somos, que só uma consciência clara do que queremos ser pode iluminar cabalmente.

Ora, ainda experimentamos um défice de comunicação pública, quer interna quer externa – mas é, naturalmente, da projeção internacional que agora cuido – sobre a nossa história, a nossa interpretação da história e a imagem que ela configura. E, porém, a imagem nacional que afirmamos internacionalmente – e, não tenhamos medo da palavra quando ela é empregue criteriosamente, a marca em que pode sintetizar-se, para efeitos de promoção cultural, económica e política – a imagem e a marca de Portugal são alicerces básicos da sua capacidade de afirmação e influência.

Em suma, precisamos de comunicar mais e melhor. Projetando a imagem de Portugal como o que é: um país democrático, europeu, pacífico, seguro, com uma economia social de mercado e empenhado na coesão social e territorial, na inovação e na igualdade. Dando conta a todos os nossos interlocutores da nova realidade económica e social portuguesa e das apostas que estamos coletivamente fazendo - no desenvolvimento sustentável, na ciência e tecnologia, na revolução digital, nas energias renováveis e no crescimento verde, no mar e na economia azul. Divulgando a aposta estratégica na internacionalização da nossa economia, na tripla dimensão da expansão do comércio externo, da atração de investimento direto estrangeiro que seja produtivo e da promoção do investimento português no estrangeiro. Insistindo, sem reboço nem hesitação (que o provincianismo é aí que mora!), no nosso cosmopolitismo, enquanto abertura à alteridade e facilidade na travessia das fronteiras e no contacto e integração com outras sociedades, culturas e populações; explicando as vezes que for necessário que esse cosmopolitismo também resulta e se reforça com o valor da nossa língua, da nossa cultura e arte, da história multissecular e da identidade nacional que nela se foi formando e desenvolvendo, do mesmo passo evoluindo e mudando. E, finalmente, assumindo um discurso claro e consistente sobre a conjuntura que vivemos: tempos difíceis, certamente, que já foram muito sombrios e não estão ainda libertos de ameaças e riscos, mas que enfrentamos com uma notável resiliência social e com o empenhamento coletivo na retoma de uma trajetória de crescimento económico e de convergência com a média europeia, ajustando o padrão de especialização produtiva aos desafios colocados pela globalização e a deslocação económica para Leste, combatendo o défice externo e o sobre-endividamento (público e privado) e praticando uma política de equilíbrio orçamental que também valorize a dimensão social, no quadro da União Económica e Monetária.

Finalmente, a opção pela *parceria*. A governação – ou, como também se diz, a governança – não é mais um item do léxico interminável das modas de gestão e administração. A sua ideia matricial, proporcionar os modos de cooperação e capitalizar as sinergias deles resultantes, entre os diversos níveis de governo e administração pública, entre as entidades públicas e privadas e entre todas elas e os territórios, aponta numa direção que há de ser também o nosso rumo, na ação externa.

Ela não significa entregar em outras mãos o que só respeita às instituições políticas legitimadas pela escolha popular e à administração que prossegue o interesse público determinado pela lei e pela decisão política pertinente. Tudo quanto tem a ver com valores e finalidades, afetação de recursos públicos e estratégias de ação, pertence à esfera da decisão pública, assumida politicamente pelos órgãos competentes, transparente e submetida ao escrutínio dos parlamentares, da opinião pública e dos média. Bem entendido. Mas, por um lado, ser a decisão tomada pelos atores políticos relevantes não significa fechá-la à participação e às propostas das partes interessadas; pelo contrário, quanto mais conseguir considerá-las e motivá-las, mais apropriada e exequível tenderá a ser. E, por outro lado, o processo dito de implementação das decisões – que, evidentemente, tem em si mesmo uma forte componente decisória, porque o decurso da concretização das coisas supõe a capacidade de monitorização, avaliação e reajustamento de objetivos e de métodos – será tanto mais eficiente e gerará tanto mais impacto social quanto mais beneficiar, primeiro, da articulação entre os diferentes níveis de decisão e administração pública, do Estado às regiões autónomas, das regiões e comunidades intermunicipais às autarquias locais; e, segundo, da cooperação com a sociedade civil, na esfera económica ou social, e das empresas ao terceiro setor, mas com um destaque particular para as instituições de ensino, investigação e cultura.

Esta é a lógica da rede, que interseta as compartimentações verticais convencionais e permite uma geometria variável de atores e recursos, em função dos casos e oportunidades. Esta é também a forma mais eficaz de constituir uma malha mais densa do que aquela que resultaria apenas do Estado e da sua representação externa, uma malha de agências e de protagonistas dedicados à promoção internacional do nosso país.

3. Os objetivos principais para 2016-2019

Integrar, valorizar, afirmar, comunicar e desenvolver parcerias: eis como queremos robustecer a política europeia e externa. Se penso bem, esse conjunto de opções e orientações fundamentais exprime consistentemente os grandes princípios fundadores desta política do Estado; e permite atingir melhor os objetivos a que nos podemos propor, no quadro da presente legislatura.

Aqueles princípios já ficaram explicitados, notando-se o amplo consenso de que gozam. Consideremos agora, portanto, os objetivos, começando por notar que, remetendo certamente, como é próprio do conceito, para finalidades plenamente ou, pelo menos, parcialmente alcançáveis, e sendo mensurável o nível da aproximação, não se trata, todavia, de enumerar um certo número de compromissos prévia e rigidamente fixados. Seria um completo absurdo assumir uma conceção tardo-planista da política pública, primeiro porque a participação social e profissional enriquece os objetivos de política

propostos pelos decisores, segundo porque a sua própria prossecução obriga a repensar metas, calendários e graus de execução e, terceiro e mais importante, porque a complexidade e o dinamismo do ambiente social e internacional aconselha a todos muita cautela, muita prudência e, sobretudo, muita humildade.

Conservadas estas prevenções em mente, julgo ser útil elencar objetivos tão claros quanto possível para a política europeia e externa de Portugal. E sugiro nove: participar mais ativamente no processo de construção europeia; fortalecer a ligação norte-atlântica; desenvolver a cooperação multilateral no âmbito da CPLP, contribuindo para a criação, nela, de um pilar da cidadania, e aprofundar a relação triangular com o Brasil e o Cone Sul de África; estruturar a ação em prol da internacionalização da economia portuguesa; tratar a língua portuguesa como uma das mais importantes línguas globais do mundo de hoje; atualizar o entendimento e modernizar a relação com as comunidades portuguesas residentes no estrangeiro; definir um novo modelo para a cooperação; relançar a ação externa em contexto multilateral; revalorizar a estrutura do MNE e consolidar a rede diplomática, consular e comercial.

Participar mais ativamente no processo de construção europeia significa isso mesmo que a formulação subentende: que temos participado menos ativamente do que deveríamos; e que precisamos de corrigir esse posicionamento, sendo mais determinados. Deixo aos especialistas a discussão sobre se foi vantajosa a atitude do «bom aluno» que nos terá caracterizado no essencial destes 30 anos de integração, ou se o alinhamento ostensivo com a política austeritária dos últimos anos era uma consequência incontornável da debilidade em que nos encontrávamos. O ponto é outro, que hoje temos talvez condições e sem dúvida necessidade de procurar ser mais enérgicos, quando se trata de negociar, e mais participativos, quando se trata de decidir ao nível europeu.

O objetivo só ganha, naturalmente, corpo quando se indaga do interesse e do resultado esperado com essa maior pró-atividade. Vejo-os em três planos complementares.

O primeiro é o que se liga com os esforços europeus, uns já em curso e outros que não podem ser adiados por muito mais tempo, visando aproximar mais as instituições e os cidadãos e aprofundar a natureza democrática da União política. Seria cegueira não atender aos sinais de uma desafiliação maciça face ao espírito europeu, que são aliás correlativos de uma deriva anticomunitária do poder político europeu e da frequência com que ele sacrifica, ao circunstancialismo, a visão ampla de liderança. Acreditamos que a resposta a este duplo perigo, que possa conter os ultranacionalismos pela reconquista democrática das populações, passa pelo fortalecimento do quadro institucional europeu, tal como desenhado pelo Tratado de Lisboa.

O segundo plano é o das políticas económicas, financeiras e orçamentais. Portugal pugna pela combinação, na Zona Euro, entre política de equilíbrio e política de convergência, quer dizer, pela articulação entre os esforços de consolidação orçamental e financeira e as políticas económicas orientadas para o crescimento e o emprego. Respeitamos as regras em vigor, mas queremos contribuir para a decisão sobre novas regras ou novos modos de aplicação das regras, acautelando, nesse processo, os

interesses nacionais, que aliás nos parecem facilmente harmonizáveis com os interesses da União Europeia enquanto tal.

Ao terceiro plano pertencem as políticas de justiça e assuntos internos, de segurança e de defesa e de apoio ao desenvolvimento que não podem ser secundarizadas, tal é a sua conexão essencial com a dimensão da Europa como espaço de liberdade e direitos, pluralismo e diversidade. As políticas de asilo e de acolhimento de refugiados; a defesa da livre circulação e o controlo das fronteiras externas da União; a política de migração; a luta contra o terrorismo e o enfrentamento dos fatores sociais que alimentam os processos de radicalização em curso no coração da União; a política comum de segurança e defesa e a sua coordenação com os programas e recursos de organizações de defesa coletiva; e as políticas de vizinhança, cooperação e apoio ao desenvolvimento: todas são políticas centrais para a consolidação e o aprofundamento da integração europeia, em cujo núcleo duro Portugal tem de permanecer.

Defini o segundo grande objetivo da política externa para esta legislatura como *fortalecer a ligação norte-atlântica*. Digo bem: fortalecer. O laço histórico existe, o seu fundamento geoestratégico parece evidente e, sempre que a questão se põe, a vontade dos portugueses tem renovado um e outro. A centralidade dos Açores no espaço norte-atlântico, as responsabilidades que já hoje nos cabem na jurisdição de uma vasta área marítima e a próxima extensão da plataforma continental portuguesa são outras tantas razões para levar a sério aquela ligação.

É, pois, do nosso interesse estratégico reforçá-la. Quer reafirmando, pela palavra e pelas obras, a participação na NATO e assegurando, no seu quadro, um papel específico (designadamente, por via da nossa capacidade de relacionamento com o Mediterrâneo e com o Atlântico Sul, que, não estando na área de influência direta da Aliança, lhe interessam contudo, quer no caso de gestão de crises pondo indiretamente em causa a estabilidade do Atlântico Norte, quer sobretudo nos termos da segurança cooperativa para que também remetem o espírito e a ação da Aliança). Quer relançando a relação bilateral com os Estados Unidos, o que implica encontrar uma solução mutuamente satisfatória para o aproveitamento da estrutura das Lajes, mas se projeta muito para além deste caso específico, porque toca os múltiplos domínios de cooperação, efetiva ou potencial, em áreas tão diversas como a segurança e a economia, a ciência e a tecnologia, sem esquecer o enorme poder de alavancagem representado pelos portugueses e luso-descendentes que vivem na América do Norte. Quer, enfim, tirando melhor partido do processo de negociação e da futura implementação do Tratado de Parceria Transatlântica, devendo também aí ser clara a nossa dupla perspetiva de contribuir para que a deslocação económica para o Pacífico não signifique o sacrifício do elo transatlântico (o que, a verificar-se, representaria um erro de consequências devastadoras para a ordem mundial) e de salvaguardar as possibilidades de desenvolvimento da economia e da sociedade portuguesa.

Desenvolver a cooperação multilateral no âmbito da CPLP, contribuindo para a criação, nela, de um pilar da cidadania, e aprofundar a relação triangular com o Brasil e o Cone Sul de África, constituem o terceiro objetivo maior da nossa política externa. Embora comporte dois propósitos, é um só objetivo.

A Comunidade de Países de Língua Portuguesa está no topo das nossas prioridades. Em particular, neste ano de 2016, em que se celebrarão os 20 anos da sua fundação, em que se espera a aprovação da sua nova Visão Estratégica e em que cabe a Portugal apresentar a candidatura ao cargo de Secretário/a Executivo/a. É uma comunidade de iguais, sendo Portugal um entre vários. Mas temos e partilhamos com vários outros a ideia de que ela pode e deve evoluir acrescentando ao plano da cooperação entre Estados o da colaboração entre as sociedades civis e erguendo, para sustentar o edifício que ela forma, um novo pilar de cidadania. Quer isto dizer avançar na consagração e reconhecimento de direitos aos nacionais de qualquer Estado-membro, no espaço da Comunidade.

Ao mesmo tempo, e sem qualquer prejuízo antes também em benefício deste quadro multilateral, queremos desenvolver a relação específica e, até certo ponto de natureza triangular, com o Brasil e o Cone Sul de África – incrementando a relação com o Brasil, consolidando a relação com Angola, valorizando mais o papel da relação com Moçambique e capitalizando a presença de comunidades portuguesas e o interesse das autoridades nacionais e das sociedades civis nos outros países da sub-região.

Quanto à internacionalização da economia portuguesa, trata-se de estruturar a ação em seu favor. Também aqui o essencial é o verbo: estruturar. Já muito se fez, designadamente do ponto de vista da atenção aos projetos empresariais e às oportunidades de negócio, da sensibilização da opinião pública e do marketing político, nesta esfera; a roda está inventada. Resta tornar normal que ela ande e colocar o seu movimento sob uma responsabilidade institucional inequívoca.

A questão está em saber como se pode estruturar a ação do Estado, em parceria com todas as partes interessadas, em prol da internacionalização da economia portuguesa. E a resposta não andarão longe dos seguintes elementos. O primeiro é potenciar a articulação eficiente e eficaz entre a diplomacia e a promoção do investimento e do comércio externo, quer dizer, tirando todo o partido de a superintendência da AICEP ser exercida pelo mesmo ministro que tutela a rede diplomática e consular. O segundo é acautelar a parceria fundamental com mercados e agentes europeus, não só porque na União se encontram os nossos mais importantes destinos de exportação e origens de importação, como também porque aí se situam os referenciais de tecnologia, qualificação e relações industriais de que nos pretendemos aproximar. Os mercados mais exigentes são também os melhores contextos de aprendizagem das capacidades e qualificações indispensáveis à modernização do nosso tecido empresarial. O terceiro elemento é consolidar a diversificação que já foi conseguida dos mercados e parceiros na África lusófona, no Norte de África, na América Latina e no Golfo. E o quarto é reforçar a presença em mercados e a atração de parceiros na Ásia-Pacífico (com destaque para a China, o Japão e a Coreia do Sul), na Ásia do Sul (como a Índia) e Sudeste, na América Latina (como o México, a Colômbia, o Peru, a Argentina e vários outros).

O nosso quinto grande objetivo para o próximo quadriénio é *promover a língua portuguesa como uma das mais importantes línguas globais do mundo de hoje*. Dependendo dos métodos de contagem, ela é a quinta ou sexta língua mais falada, sendo a terceira língua europeia. E, sobretudo, entre portugueses residentes em Portugal,

portugueses e luso-descendentes residentes no estrangeiro, nacionais dos outros países lusófonos e seus estudantes e praticantes como língua estrangeira, ela é falada em virtualmente todas as regiões do mundo. O português é ainda uma língua global porque pertence a todos os países que a adotam, sem hierarquias nem precedências, compreendendo variantes de igual dignidade e valor.

Nestes termos, a língua não somente constitui a ponte mais sólida entre múltiplos países, comunidades e regiões, como representa também uma excelente porta de entrada para a comunicação, a cooperação e os negócios. Deve ser, portanto, encarecida pelo seu valor linguístico, histórico, cultural e económico, como instrumento chave da criação artística, da formação cultural, da comunicação, dos assuntos institucionais, do investimento e das trocas.

Em termos práticos, este objetivo deve operacionalizar-se através da construção, a partir e sob a coordenação do Instituto Camões, de uma plataforma bem mais ampla, público-privada, de ensino, difusão e promoção da língua portuguesa. O Instituto é o organizador de uma rede que deve estender-se para além dele; é o pivô das interconexões de escolas, universidades e politécnicos, em Portugal e no estrangeiro, empresas e parceiros comerciais, fundações e organizações não-governamentais, ou seja, entre agentes das artes e da cultura, das ciências e tecnologias, da educação e do ensino, da economia e da cooperação. Alargar e densificar a rede promotora do português, eis, pois, o nosso encargo.

Por sua vez, o sexto objetivo geral prende-se com *a relação recíproca entre Portugal e as comunidades portuguesas*. Precisamos de atualizar o entendimento da experiência social da emigração, clássica e contemporânea, e do património e expectativas das comunidades emigrantes. Precisamos de modernizar a relação com e entre estas comunidades.

Para isso, devemos fugir aos estereótipos e às ideias feitas, aliás de sinal contrário: nem a exaltação acrítica nem a desqualificação pretensiosa são bons guias para compreender e capitalizar as comunidades, a sua facilidade de integração nas sociedades de acolhimento e as profundas ligações que mantêm e desenvolvem com o território nacional, moduladas, entre outros fatores, pela etapa do ciclo de vida em que cada pessoa e família se encontram. A emigração não é uma experiência homogénea: são diversos os destinos, são diversas as motivações, são diversas as condições e gerações dos migrantes, como diversas as formas e níveis de integração nos países demandados e de relacionamento com a origem pátria. À emigração propriamente dita é preciso acrescentar as migrações sazonais e temporárias, assim como os novos tipos de mobilidade regional ou global de estudantes e profissionais.

E há, aqui, um enorme trabalho pela frente: fazer comunicar as diferentes gerações e grupos de emigrantes; apoiar o seu associativismo e a sua ligação com Portugal; desenvolver o ensino português no estrangeiro, tornando-o mais eficiente, e continuando a apostar na institucionalização da presença da língua e cultura portuguesa como disciplina curricular dos diferentes sistemas nacionais de ensino de países com expressiva presença portuguesa e lusófona; valorizar as trajetórias e papéis dos membros das comunidades que se distinguem em qualquer domínio da vida coletiva;

estimular as redes de ligação dos estudantes, investigadores, profissionais, empresários e eleitos portugueses e luso-descendentes, nos diversos países e regiões de acolhimento. É, por isso, particularmente relevante a já referida lógica da governação em parceria: da rede diplomática e da rede consular, dos serviços do Governo e da Administração e dos órgãos e associações como o Conselho das Comunidades e o Conselho da Diáspora, do Estado, das Regiões e dos municípios, das instituições e das redes de eleitos, de protagonistas sociais, de profissionais.

Já quanto à cooperação, queremos mesmo definir-lhe um novo modelo. Ambicioso que pareça, é ainda assim o propósito – o sétimo e antepenúltimo da lista que apresento. Pretendemos alinhar a cooperação portuguesa com os objetivos da agenda internacional da cooperação para o desenvolvimento. Queremos focá-la nas áreas em que acrescentamos mais valor, como a capacitação institucional e a formação de quadros superiores e intermédios. Apostamos na diversificação e convergência das fontes de financiamento, numa lógica de cofinanciamento nacional, europeu e internacional, público e privado. Julgamos que se pode e deve interessar mais os agentes económicos, o mundo académico, o terceiro setor e a sociedade civil. E, por último mas não menos importante, queremos conferir coerência acrescida às diversas formas e conteúdos de cooperação postos em prática pela administração direta e indireta do Estado.

Porque queremos tudo isto? Porque a cooperação para o desenvolvimento não é uma área periférica, mas sim central da ação externa. Nela se joga muito do que representa a possibilidade do desenvolvimento sustentável, da paz no mundo, do equilíbrio económico e ambiental, dos frutos partilhados, da igualdade de género, da realização dos direitos humanos e, não o esqueçamos, nela se encontram também os fatores mais duradouros da nossa própria segurança. A cooperação não é, pois, uma benesse, é uma troca de vantagens recíprocas; não deve ser uma soma de atividades casuísticas, mas uma dimensão consistente e coerente, organizada e racional, da nossa ação externa. Se há domínio em que é indispensável, entre nós, a opção pela integração de que falou o início do presente texto, ele é o da cooperação, onde um conjunto coerente de iniciativas integradas e coordenadas pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, e certamente executadas nos e pelos mais diversos departamentos da administração pública, bem como por entidades privadas e sociais, fará atingir, com o mesmo nível de recursos, ganhos de escala e gama muito expressivos.

A ordem dos objetivos em nada fica a dever a preocupações de hierarquia relativa, que seria desnecessária e falaciosa. Dizer que *o relançamento da ação externa em contexto multilateral* é o nosso penúltimo objetivo não implica, pois, nenhuma subalternização face aos anteriores. Bem pelo contrário, sendo o multilateralismo o valor por excelência da política internacional em que nos revemos e constituindo Portugal, como temos dito, uma nação global, aquele contexto é o ambiente natural da nossa política europeia e externa.

Mas levemos a sério o pendor operacional dos objetivos. Para além de tudo o que ficou já referido sobre a nossa participação no quadro da União Europeia, da CPLP e de várias organizações internacionais de defesa, intercâmbio e desenvolvimento, relançar a ação multilateral quer dizer duas coisas bastante precisas. Uma é tirar todo o partido das formas de participação de Portugal no sistema das Nações Unidas, nomeadamente

valorizando mais a nossa presença no Conselho de Direitos Humanos, promovendo as várias candidaturas nacionais em curso e preparando tempestivamente a próxima candidatura ao Conselho de Segurança. A outra é aproveitar plenamente a nossa capacidade de relacionamento com as organizações multilaterais regionais, na Europa, em África, na Ásia e na América Latina.

E eis-nos então chegados ao último objetivo, este de natureza tipicamente organizacional: *revalorizar a estrutura do MNE e consolidar a rede diplomática, consular e comercial*, recuperando gradualmente dos danos infligidos nos recursos e capacidades nacionais durante o período de ajustamento.

Todos sabemos que se pode destruir num dia o que demorou anos a erguer; e que é sempre mais difícil recomeçar uma rota do que prosseguir-la. O que nos deveria levar, bem entendido, a evitar essas fúrias destrutivas. As circunstâncias financeiras continuam a ser muito difíceis e o Ministério dos Negócios Estrangeiros é certamente o primeiro a compreender a importância vital de colocar o défice nominal e estrutural, a dívida pública e o peso da despesa pública em percentagem do PIB em trajetórias descendentes. Não se espere, pois, tempos orçamentalmente expansionistas. Mas isto não impede, antes requer, um esforço racional, bem medido e voluntarista para consolidar a rede diplomática, consular e comercial, cujas vulnerabilidades e desarticulações estão ou devem rapidamente ser identificadas e progressivamente corrigidas. E, sobretudo, a contenção orçamental não pode servir de escusa para fazer, já e depressa, o que em muito pouco ou nada depende dos humores de receitas e despesas.

Vejo essa urgência em vários planos paralelos. No respeito perante esta casa, como se chama e bem ao MNE no próprio MNE, o que, no que me toca, procurei logo evidenciar ao escolher para a equipa política pessoas que têm em comum longas experiências de gestão e serviço público, conhecem a Europa e o mundo, dominam tecnicamente as que agora são áreas de sua competência e não têm outra orientação nem agenda senão cumprir o programa do Governo. No trabalho continuado com todos os serviços e dirigentes, e com as entidades da administração indireta sob nossa tutela ou superintendência, bem como com toda a rede diplomática, consular e comercial, todos sabendo já que a linha de conduta do ministro e dos secretários de Estado é ter as portas sempre abertas, reconhecer e aproveitar o elevado conhecimento e capacidade técnica das estruturas e confiar na nunca por demais enaltecida dedicação dos quadros técnicos do MNE à causa e ao interesse público.

Por último e sendo até neste caso o mais importante, trata-se de conferir relevância política ao Ministério dos Negócios Estrangeiros. Não, evidentemente, por impulso corporativo; um pouco, não o escondo, para contrariar a ameaça que chegou a pairar de ele poder tornar-se numa espécie de adjacência cerimonial. Mas, sobretudo, porque a relevância política do MNE é a condição *sine qua non* para que as políticas públicas portuguesas na frente europeia e externa sejam integradas e coordenadas, e para que a imagem e o papel de Portugal no mundo sejam reconhecidos, valorizados e acrescentados. Em Portugal como em todas capitais em que estamos acreditados, nas relações bilaterais como nas organizações multilaterais, na economia como na educação e na cultura, compete ao MNE e às suas redes a condução da ação externa do país. E

isso só se consegue com dimensão política, com orientações claras e com objetivos operacionais o mais precisos possível.

Foi este exercício que procurei aqui fazer, na abertura do Seminário Diplomático de 2016. Peço a todos os participantes que o encarem como tal, uma proposta a ser debatida e melhorada no decurso das sessões subsequentes. Porque ela será também o nosso caderno de encargos, um roteiro de ação que há de ser a métrica de avaliação do desempenho de todos nós. Se, como escreveu o Padre António Vieira, «palavras sem obras são tiro sem bala; atroam, mas não ferem», então que estas palavras sejam o guia para as nossas obras, porque só com o empenhamento e a ação de todos daremos conteúdo e sentido à nossa vontade.



REPÚBLICA
PORTUGUESA

MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS